

# A GESTÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO\*

Ignez C.B. Ferreira\*\*

O meio rural vem sendo atingido, nas últimas décadas, por um processo de grande magnitude e fortes implicações territoriais, que redefiniu o espaço agrário, envolvendo todas as regiões do País. Reconhece-se facilmente que a paisagem rural brasileira se modificou em pouco tempo. A agricultura assumiu novas funções interligadas à indústria e ao setor financeiro, inovações tecnológicas foram introduzidas na produção e uma nova dinâmica rural-urbana se estabeleceu. Por outro lado, a fronteira agrícola se ampliou extraordinariamente - 83 milhões de ha de 1970 a 1985, o que significou um acréscimo de 30%, incorporando 10% do Território Nacional à área total dos estabelecimentos agropecuários. As lavouras também se expandiram e sua superfície cresceu 54% nesse período, aumentando em 18 milhões o espaço dessa produção. Ao mesmo tempo as pastagens se estenderam por mais 45 milhões

de ha, com um aumento em área de 150% (Quadro 1).

Concomitante à ampliação da ocupação do território em área, verificaram-se uma mudança no padrão da produção com a modernização tecnológica, a capitalização da base econômica, novas relações de trabalho e a industrialização da agricultura. São esses dois aspectos: expansão territorial e modernização, que caracterizam o processo responsável pela reestruturação do espaço agrário brasileiro. A interligação de ambos os aspectos e sua dinâmica modificaram a paisagem, redefiniram relações e funções, estruturaram o território e monitoraram a mobilidade espacial da força de trabalho.

A modernização tem ocupado muito os cientistas e técnicos de todos os ramos do saber; não obstante, há algumas lacunas no que se refere à sua dimensão espacial. Além disso, há necessidade de se reconhe-

\* Recebido para publicação em 20 de dezembro de 1991.

\*\* Professora da Universidade de Brasília - UNB.

QUADRO 1  
BRASIL E REGIÕES: AMPLIAÇÃO DE ÁREA NO PERÍODO 1970/85  
E A PERMANÊNCIA DE TERRAS OCIOSAS EM 1985

BRASIL E REGIÕES	VARIAÇÃO ABSOLUTA DE ÁREA (milhões ha)			TERRAS OCIOSAS (milhões de ha)
	Estabelecimentos (1)	Lavouras	Pastagens plantadas	
Brasil .....	82,6	18,1	44,7	24,0
Região Norte.....	21,9	1,4	5,2	2,6
Região Nordeste .....	18,4	4,1	6,3	12,9
Região Sudeste .....	4,2	3,9	6,1	1,6
Região Sul.....	2,6	3,4	2,5	0,9
Região Centro-Oeste.....	35,3	5,2	24,5	5,7

FONTE - IBGE. A Agricultura Brasileira em Grandes Números.

(1) Refere-se à área total dos estabelecimentos agropecuários (área agrícola total).

cer que o território teve que se ajustar às exigências do aspecto qualitativo da mudança e, ao mesmo tempo, foi afetado pela redefinição de seus subespaços, em face da intensa expansão. As vocações "naturais" das regiões, que tradicionalmente se impunham, cederam lugar às exigências econômicas e técnicas; o espaço se diversificou ao mesmo tempo em que novos fluxos de interação, mais complexos, se estabeleceram; e as áreas novas foram incorporadas num quadro de relações diferente do que ocorria no passado. Surgem novas territorialidades.

O padrão moderno de produção não está presente em todos os espaços, mas nenhum lugar foge a sua influência. Assim, as novas territorialidades sintetizam as formas de produzir atuais (mais ou menos modernizadas) com suas diferentes funções nesse processo e suas estruturas em fases distintas de consolidação.

O presente trabalho procura analisar o comportamento espacial do aludido processo em suas duas dimensões: expansão territorial e modernização, buscando a atuação dos elementos da gestão do território.

As análises se baseiam nos dados estatísticos oficiais abrangendo o período 1970/85 e as generalizações decorrem de estudos de casos feitos anteriormente.

## A MAGNITUDE DO PROCESSO NOS ANOS 70

No início da década, a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários (o espaço da produção agrícola) correspondia a apenas um terço do território do País e 11% das terras produtivas não eram utilizadas. A produção se desenvolvia de forma predominantemente extensiva, com baixa produtividade, numa estrutura fundiária concentradora de terras e com tecnologia rudimentar. A modernização técnica da produção, que já se iniciara na década anterior, dava-se de forma lenta, concentrando-se no Sul e Sudeste (Mesquita e Silva, 1990, p.35,45).

A modernização agrícola no Brasil ocorreu numa época em que internamente se discutia a baixa produção do setor e, em nível internacional, a tecnologia agrícola se voltava para o uso de insumos industriais. Era a época da "revolução verde", quando os novos cultivares desenvolvidos nos Estados Unidos (soja, trigo, milho) eram transferidos e cultivados com relativo sucesso em países tropicais (Santos, 1988). Por outro lado, havia interesse no mercado internacional em que o

Brasil contribuisse para a produção de grãos. Isto encontrou apoio nas classes empresariais nacionais interessadas em ampliar suas oportunidades de investimentos. Esses fatores explicam a escolha dos produtos (soja, trigo, milho) e o direcionamento para os grandes e médios produtores. A partir dessas premissas, a tecnologia se orientou para a mecanização da produção, tornando viável a utilização de vastas áreas dentro de uma mesma propriedade, sendo possível mobilizar o recurso terra em grandes proporções sem fragmentá-la; permitiria produzir em terras antes desvalorizadas para a agricultura, superando os limites impostos pela natureza e pela estrutura fundiária; além de intensificar a produção e aumentar a produtividade do trabalho sem concentrar trabalhadores no campo.

O processo técnico implica investimentos, em valorização da terra por meio desses investimentos, no aumento da produção e formação maior de excedentes, em suma, na capitalização da agricultura e também na industrialização da agricultura pela integração da mesma à indústria, pela utilização dos insumos industriais e, por conseguinte, na transferência dos excedentes agrícolas à indústria.

Observa-se, então, que o modelo preconizado de modernização/capitalização é impulsionador da modernização, da intensificação do uso da terra, mas, também, da expansão territorial do espaço da produção.

É a partir do início dos anos 70 que a modernização mecânico-química começa a se intensificar, superpondo-se à estrutura tradicional existente (Martine, 1990, p. 31). Viabiliza-se a partir da ação do Poder Público.

O Estado autoritário da época pretendeu implantar uma agricultura de escala, articulada aos grandes complexos multinacionais e ao circuito internacional de produção, atendendo à demanda do setor internamente no sentido de uma maior produtividade (Sobral, 1989, p. 13). A estratégia nesse momento foi a seguinte: política de pesquisa e extensão voltada para o padrão mecânico-químico da modernização (em 1972 foram criadas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA - e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER - , em 1974); política de articulação da produção agrícola à indústria de insumos e implementos agrícolas e créditos subsidiados ao setor.

A política expansionista subsidiou, via crédito rural, a modernização e a expansão, fi-

nanciando não só custeio e comercialização, mas também o investimento. O crédito se vinculava ao pacote tecnológico.

No período que vai de 70 a 75, verifica-se grande ampliação da mecanização e do uso da adubação química, o que se dá de forma extremamente concentrada nas Regiões Sul e Sudeste. Do total de tratores incorporados à produção e do número de novos produtores usando insumo químico, cerca de 80% encontravam-se naquelas regiões, principalmente na Sul (Figura 1).

Na Região Sul a modernização tecnológica permitiu ocupar com lavouras áreas não utilizadas anteriormente ou intensificar a produção em terras que já produziam.

Ampliaram-se consideravelmente as áreas de lavouras no País, mas foram as Regiões Sul e Centro-Oeste que mais contribuíram para isso (60% da área total acrescida) (Figura 1).

No Centro-Oeste iniciou-se a ocupação dos cerrados com lavouras ocupando áreas novas, recém-incorporadas pela fronteira agrícola ou aquelas já apropriadas anteriormente mas não aproveitadas.

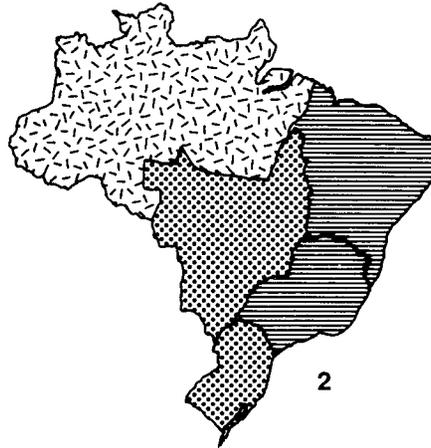
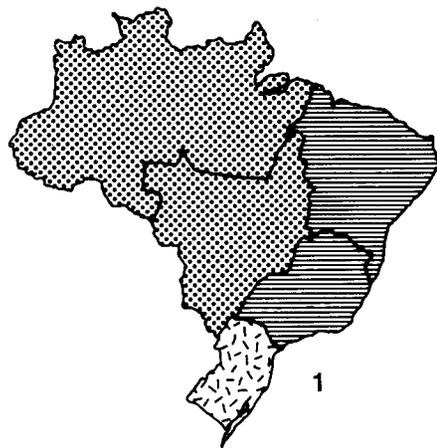
A modernização incipiente e concentrada principalmente foi acompanhada de grande expansão da fronteira agrícola. A fronteira se abriu em todo o Território Nacional, com intensidades diferentes e de forma diferenciada, mas é o Norte e o Centro-Oeste, que concentraram essa expansão (73% da área total incorporada no período) (Figura 1). Essas regiões tinham grandes reservas de terras não apropriadas ou pouco valorizadas e as menores taxas de ocupação do País (Mesquita e Silva, 1990, p. 17). As terras do cerrado correspondem aos estímulos da ocupação empresarial e se ajustavam ao padrão de modernização mecânico-químico em acelerado processo de difusão (Mesquita e Silva, 1990, p. 9).

No Centro-Oeste, paralelamente à ampliação da fronteira houve o crescimento da área de lavouras e principalmente das pastagens plantadas. As lavouras são nesse período transitórias, servindo para abertura de área. As pastagens plantadas no País, nesse período, encontram-se praticamente todas no Centro-Oeste (Figura 1).

Na Região Norte, o que se verifica é apenas a ampliação da área agrícola total, a ocupação efetiva é mínima.

Todo esse impulso de expansão decorre da valorização da terra, que tem seu epicentro no sul do País com a modernização que

FIGURA 1  
EXPANSÃO - MODERNIZAÇÃO: 1970-1975



AMPLIAÇÃO DE ÁREA

1 - DOS ESTABELECIMENTOS  
2 - DAS LAVOURAS  
3 - DAS PASTAGENS PLANTADAS

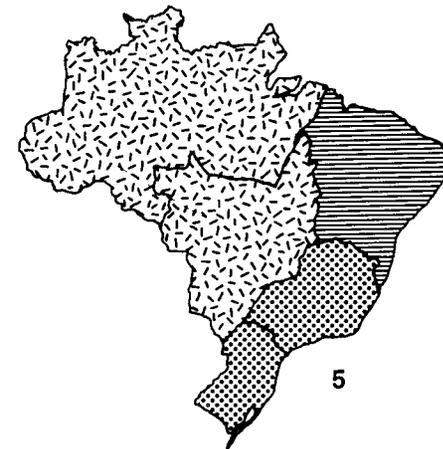
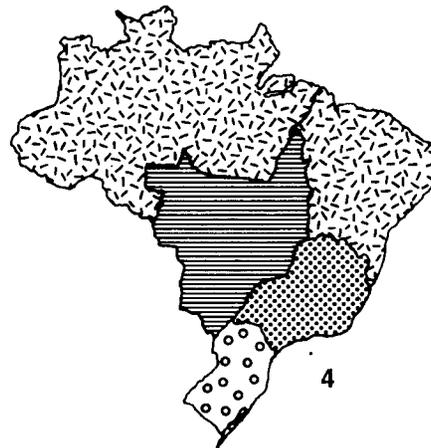
AMPLIAÇÃO DO NÚMERO

4 - DE TRATORES  
5 - DE USO DE ADUBO QUÍMICO

LEGENDA

BRASIL = 100  
REGIÕES %

 < 10	 > 30 - 50
 10 - 20	 > 50
 > 20 - 30	



aí se inicia. A abertura da fronteira nas terras não ocupadas do Norte e nos cerrados do Centro-Oeste está ligada à perspectiva de modernização e de produção em escala, que se vislumbra com as grandes lavouras mecanizadas do Sul. A terra valorizada passa a constituir investimento.

As novas áreas apropriadas e incorporadas ao espaço da produção agrícola diferem daquela da antiga fronteira. Não é mais o pequeno produtor sem terra que busca a fronteira para reproduzir sua condição de camponês. O pioneiro passa a ser um produtor capitalizado, mesmo que arrendatário (Ferreira, 1988, p.56).

Os pequenos proprietários do Sul vendem suas terras valorizadas e vão investir onde elas são mais baratas e seu pequeno potencial de capitalização permite adotar padrões modernos de produção, em glebas maiores.

O modelo de modernização adotado é fator de concentração fundiária pela valorização da terra, em função da potencialidade que a mesma apresenta como um negócio lucrativo. A concentração nas áreas valorizadas se dá pela aglutinação das pequenas propriedades e, nas terras pouco exploradas, pela eliminação dos minifúndios e pequenos estabelecimentos no interior dos latifúndios

(Ferreira, 1988, p.55). Dessa forma, a concentração fundiária no Sul resultou da supressão das pequenas propriedades e de estabelecimentos de meeiros e arrendatários. Na fronteira, acentuou-se pela formação de grandes propriedades aliada à eliminação das formas tradicionais (meeiros, ocupantes e posseiros), nos latifúndios. A concentração fundiária e as novas relações de trabalho são responsáveis pelo esvaziamento do campo e pelas fortes emigrações, mesmo na fronteira (Ferreira, 1988, p.56).

O impulso de expansão é, no entanto, muito maior que a capacidade de fazer a terra produzir. A especulação imobiliária rural e a espera de valorização do terreno passam a ser aspectos importantes no processo de modernização/expansão.

Ao final do período analisado, o resultado é que na fronteira a parte efetivamente ocupada é bem inferior à superfície total acrescentada ao espaço da produção. Se considerarmos a ampliação da área com lavouras e com pastagens plantadas como indicativo de ocupação agrária do território, comparando-se esse total com o anexado à área agrícola total, verifica-se que na Região Norte essa relação é de apenas 16% e no Centro-Oeste, 67% (Quadro 2). Note-se que a ocu-

#### QUADRO 2

RELAÇÃO ENTRE A AMPLIAÇÃO DA ÁREA TOTAL E A DA ÁREA DE LAVOURAS E DE PASTAGENS PLANTADAS, POR PERÍODO: 1970/75, 1975/80 e 1980/85

BRASIL E REGIÕES	ÍNDICE (1)		
	1970/75	1975/80	1980/85
Brasil .....	53	73	144
Região Norte .....	16	30	67
Região Nordeste .....	41	68	51
Região Sudeste .....	58	612	883
Região Sul .....	387	159	219
Região Centro-Oeste .....	67	59	282

FONTE - IBGE - A Agricultura Brasileira em Grandes Números - 1970-1985.

(1) Índice obtido a partir da relação  $A \mu B.100$

A = Somatório do aumento total da área de lavouras e de pastagens plantadas, no período.

B = Aumento total da área dos estabelecimentos agropecuários, no período.

pação ocorreu também em terras já apropriadas, mas não utilizadas. Pode-se considerar que na Região Norte, nessa fase, a abertura da fronteira constituiu principalmente reserva de valor.

A fragilidade da ocupação aliada à concentração de terra nas novas fronteiras não a tornaram o *locus* da geração de empregos agrícolas. O Centro-Oeste que deteve 41% da expansão em área do País contribuiu apenas com 10% dos novos empregos do setor. A absorção de mão-de-obra agrícola se concentra no Sul e Nordeste. No Nordeste devido à ausência de mecanização e, no Sul, pela ocupação intensiva em áreas não utilizadas ou pouco produtivas, não obstante a mecanização. Esses novos empregos obedecem às novas relações de trabalho que expulsam população residente do campo.

Pelo exposto, pode-se concluir que nos primeiros anos da década a modernização agrícola foi incipiente e concentrada espacialmente, a intensificação restrita às áreas tradicionais e a expansão em área se mostraram principalmente como reserva de espaço para modernização/capitalização que se iniciava.

Na segunda metade da década, a política de implantação do padrão moderno de produção agropecuária se intensifica e tem um papel fundamental na difusão e consolidação do mesmo no território. O financiamento rural foi o principal instrumento dessa política. Nesse período se verificam os maiores volumes de crédito total, de custeio e dos subsídios implícitos nos financiamentos rurais (Pares, 1989, p.72). É a fase dos grandes projetos agropecuários que definiam o que produzir e onde, vinculando o auxílio a determinados produtos e ao uso de tecnologia. O POLOCENTRO, direcionado para a as lavouras de grãos no cerrado, é um exemplo.

Até o final da década, a modernização se consolidara imprimindo no território as características do padrão tecnológico de produção agropecuária e do uso da terra. Surge o Complexo Agroindustrial - CAI. A expansão da fronteira atinge seu clímax.

O padrão moderno de produção trouxe profundas transformações no meio rural brasileiro, a saber: no objeto de trabalho - do predomínio da terra com suas características naturais, para o predomínio dos insumos industriais, máquinas e implementos; no processo de trabalho - do predomínio do conhecimento empírico para a indispensável assistência técnica especializada; nas relações de trabalho - do peão, do colono, do mee-

iro para o empregado assalariado; nos custos da produção que se mercantilizam; na gestão e controle da unidade de produção e na distribuição dos excedentes (Muller, 1990, p.5); na composição orgânica do território que passa a conter mais ciência, mais técnica e mais informação; nas relações da agricultura com a indústria a montante e a jusante e na organização da produção em moldes empresariais (Ferreira, 1990, p.75).

É esta a fase de maior intensificação da modernização, porém ela ainda é bastante restrita ao Sul e Sudeste, onde se concentra a mecanização e a quimização (Figura 2). A penetração das inovações tecnológicas na região de fronteiras é incipiente.

A geração de empregos, com a consolidação do padrão tecnológico no Sul e no Sudeste, diminui nestas regiões, havendo inclusive decréscimo em termos absolutos no Sul. Os novos empregos aparecem principalmente no Nordeste, onde a fronteira se expande com lavouras, menor concentração de terras e reduzida mecanização.

Ao longo do período 1970/85, é na segunda metade dos anos 70 que se verifica a maior extensão do espaço agrário brasileiro, bem como da área de lavouras e das pastagens plantadas.

O Centro-Oeste se torna a grande fronteira e começa a expansão em direção ao Nordeste, que ainda apresentava terras ociosas e baixa taxa de ocupação rural do território. A fronteira no Norte se retrai (Figura 2).

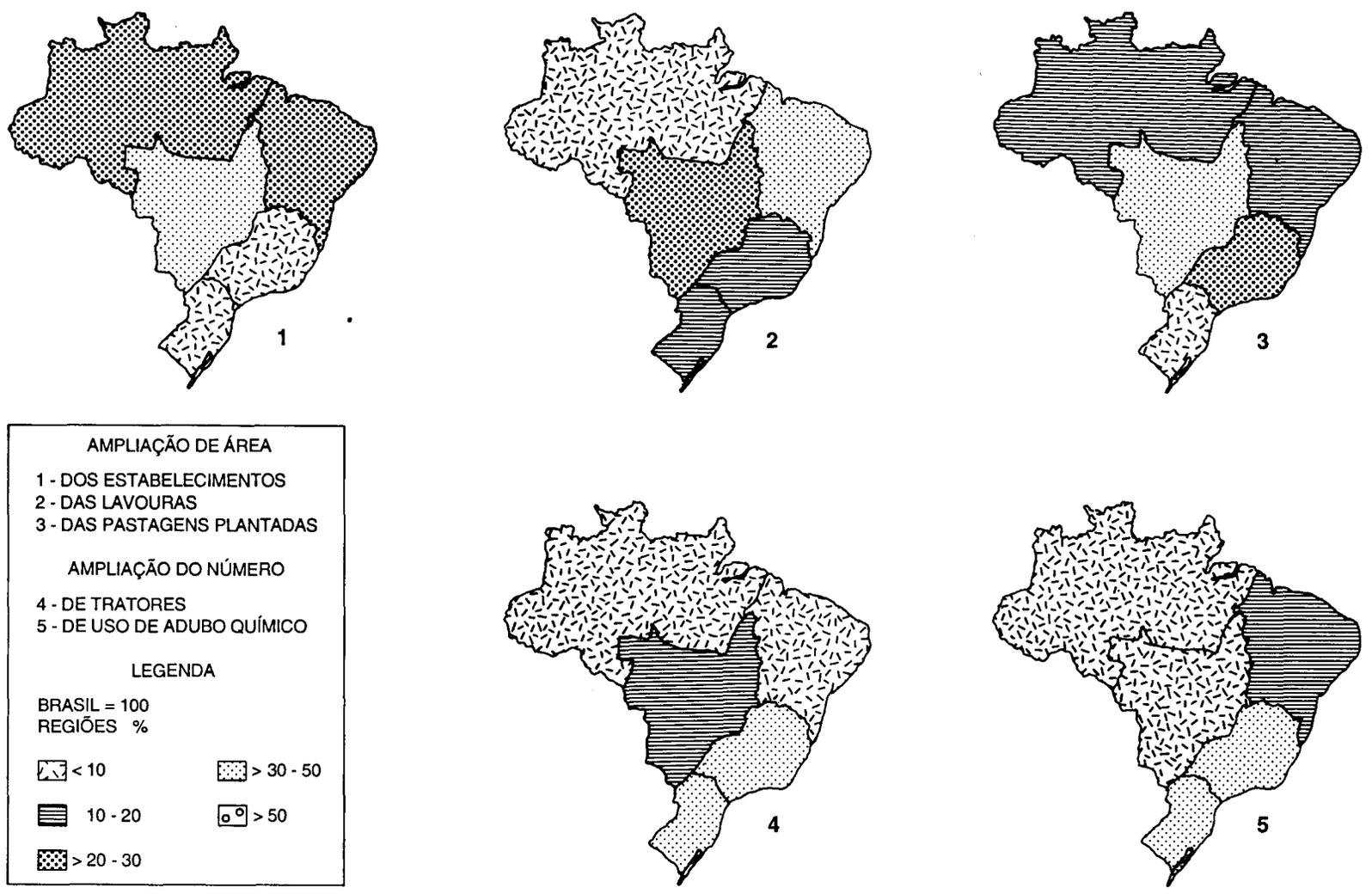
As lavouras se ampliam em todo o País, principalmente no Centro-Oeste e no Nordeste (23% e 35% de aumento total, respectivamente) (Figura 2).

Não obstante todo esse crescimento da superfície usada com lavouras, isto representa muito pouco (22%) do total do território que foi anexado à fronteira agrícola e não chega à metade da área ampliada com pastagens plantadas.

Ao final dos anos 70, a grande expansão da área agrícola total já se ultimara (85%), da mesma forma a da lavoura (83%). As pastagens plantadas, porém, têm seu crescimento entre 75 e 85, o que se explica pela abertura de áreas novas com lavouras para depois se implantarem os pastos. Isto mostra o caráter transitório das lavouras na fronteira.

A intensificação da ocupação se acentua nesse momento, em especial no Sudeste, onde as lavouras e pastagens plantadas passam a ocupar terras antes não aproveitadas ou pouco exploradas.

FIGURA 2  
EXPANSÃO - MODERNIZAÇÃO: 1975-1980



## OS ANOS 80: NOVAS TENDÊNCIAS

A fase que vai de 81 a 85 é marcada pela crise dos créditos subsidiados, principalmente para investimentos, mas atingindo também o custeio e a comercialização (Martine, 1990, p.7).

A expansão decresce nesse período em termos de aumento da área total, bem como de lavouras. A modernização estanca: a mecanização regride em termos absolutos e a adubação química não cresce tanto.

Os subsídios reduzidos se tornam mais seletivos em termos de potencial instalado que permitisse maior valorização. Isto leva a que se direcionem para os lugares com mais infra-estrutura. O padrão moderno de produção se concentra espacialmente. São favorecidos nesse período apenas alguns cultivos como a cana-de-açúcar devido ao PROÁLCOOL, e aqueles produtos com melhores preços no mercado internacional. Os setores já modernizados são privilegiados e as possibilidades do pacote tecnológico se alastrar diminuem (Muller, 1990, p.10).

A redução dos créditos leva à maior racionalização dos investimentos em insumos e é contido o crescimento dos outros elementos do pacote tecnológico. Buscam-se novas áreas menos valorizadas para o plantio visando a dar outra destinação àquelas já supervalorizadas do sul do País. Isto explica a soja penetrando nos cerrados do Nordeste, as lavouras permanentes e mais intensivas se fixando no Sudeste e o Sul perdendo áreas de lavoura pelo esgotamento do solo. É no Sudeste, justamente, onde se estendem as lavouras nesse período (Figura 3).

A incorporação de terras novas foi menor nessa fase que nas anteriores porque a atividade especulativa se retraiu com as menores possibilidades de obter créditos. A atração pelo setor decaiu em termos especulativos, mas também em termos produtivos.

Surge o Nordeste como a nova fronteira, superando o Centro-Oeste em total de terras acrescidas. Nessa região, a ampliação de área vem acompanhada de reduzida mecanização, menor concentração de terra e com lavouras (Figura 3).

Nesse caso, verifica-se que a fronteira se volta para área tradicionalmente ocupada e não em terras virgens, como a Amazônia e no Centro-Oeste, na década anterior. No

Norte a fronteira se revigora como o POLONOROESTE, sendo ocupadas áreas de mata com pequenos produtores em Rondônia.

Nota-se uma tendência, nessa fase mais recente, de retomada dos pequenos e médios produtores (Muller, 1990, p.11).

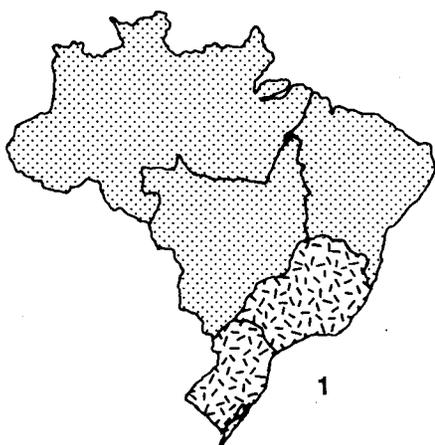
Uma nova política se desencadeia. Trata-se da associação do Poder Público à iniciativa privada para promover o assentamento dirigido de pequenos e médios produtores capitalizados. O empreendimento se dá a partir de cooperativas empresariais que organizam os produtores e a produção. Elas agem ligadas a empresas de promoção rural, selecionando produtores e áreas de implantação dos projetos, definindo a linha de produção e a tecnologia a ser usada. Contam, para tanto, com o aporte de linhas de crédito de instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras (Ferreira, 1990 b,30). Dessa forma, pequenos e médios produtores se incorporam ao padrão moderno de produção e a expansão da modernização se racionaliza. A agroindústria também tem a sua participação na integração dos pequenos produtores, subsidiando-lhes a produção diretamente e garantindo a compra do produto. Esses produtores assim modernizados se tornam uma sorte de assalariados externos da indústria, embora sejam donos de suas terras.

A intensificação da ocupação agrícola do território torna-se maior devido ao aproveitamento das potencialidades naturais em áreas antes não produtivas e a menor implantação em terras virgens (Quadro 2).

Isto reflete a maximização das potencialidades em termos de infra-estrutura instalada. Assim, a ampliação das áreas de lavouras e de pastagens plantadas passa a ocupar uma superfície maior que aquela resultante da apropriação de áreas nova pela fronteira agrícola. Tal fato se dá em todo o País, mas se acentua no Sudeste (Quadro 2).

A intensificação da ocupação que no início dos anos 70 ocorria apenas na Região Sul se estende para o Sudeste depois de 1975 e a partir de 80 começa a ocorrer em todas as regiões (Quadro 2). Evidenciam-se o fechamento da fronteira e a retomada de áreas anteriormente ocupadas, pelo padrão moderno de produção. Pode-se admitir que estas novas tendências expliquem o aumento total de empregos no setor, nos primeiros anos da década de 80, superando o período anterior.

FIGURA 3  
EXPANSÃO - MODERNIZAÇÃO: 1980-1985



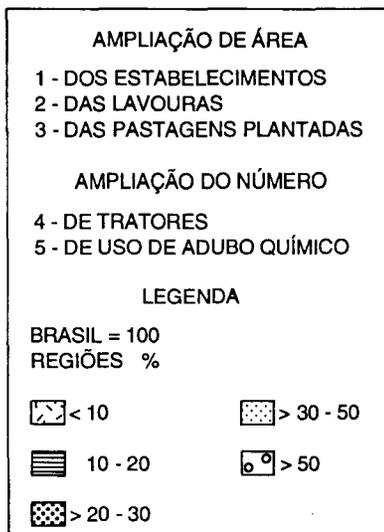
1



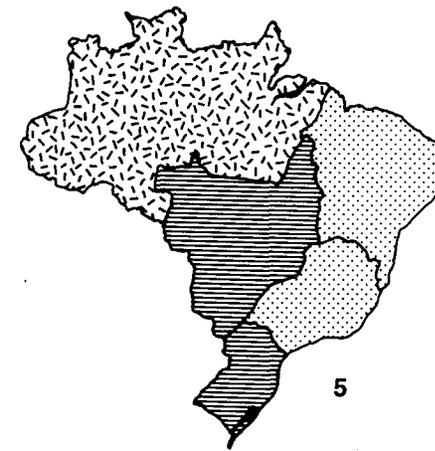
2



3



4



5

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo adotado de modernização associado à extensão territorial do espaço da produção agropecuária, ao longo dos 15 anos analisados, não foi suficiente para mudar o papel relativo das tradicionais regiões agrícolas no espaço agrário brasileiro. As Regiões Sul e Sudeste continuam sendo as que têm maior ocupação de seu território (80 a 85%) com as atividades agrícolas. A fronteira se alargou extraordinariamente e intensamente, mas as inovações tecnológicas, seletivas socialmente, se concentraram espacialmente, reforçando a estrutura anterior sem mudar o quadro das desigualdades regionais do País.

Não obstante, algumas modificações no que se refere à ocupação do território podem ser apontadas: 1º) o uso da terra com lavouras se estende consideravelmente e surgem novas áreas desse cultivo, como é o caso

do Centro-Oeste; 2º) as pastagens plantadas se ampliam enormemente ocupando inclusive áreas de antigas lavouras. Mesmo que estes usos não possam ser genericamente incluídos no padrão tecnológico moderno, estão relacionados à modernização em parte pela tecnificação, mas principalmente pela capitalização; e 3º) redução do volume de terras produtivas não utilizadas, que com o emprego de tecnologia e pela valorização tiveram seu uso intensificado.

Com tudo isso, no entanto, em 1985 o Brasil tinha ainda 24 milhões de hectares de terras apropriadas e produtivas ociosas. Esse total é equivalente a 30% da superfície que foi acrescida à área total dos estabelecimentos agropecuários no período 1970/85. Tais reservas se encontram principalmente no Nordeste e Centro-Oeste. A Região Norte constitui um grande estoque de terras a ser incorporado ao espaço da produção.

Constata-se que muitas das áreas que se abriram na fronteira permanecem como reserva de valor.

## BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, Ignez C.B. Ceres e Rio Verde: dois momentos de expansão da fronteira agrícola. In: AUBERTIN, C. (org.) FRONTEIRAS. Brasília, Universidade de Brasília/ORSTOM, 1988.
- \_\_\_\_\_. Inovações tecnológicas e Novos Espaços da Produção. X Encontro Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 2, 1990. *Anais...*
- \_\_\_\_\_. O Papel dos Assentamentos Dirigidos na Modernização do Campo. In: FERREIRA, I.C.B; OLIVEIRA, M. (org.) GESTÃO DO TERRITÓRIO - Textos para discussão. Brasília, Universidade de Brasília, 1990.
- MARTINE, George. Fases e Faces da Modernização da Agricultura Brasileira. Planejamento e Políticas Públicas, IPEA, n.º 3, jun., 1990.
- MESQUITA, Olíndia V.; SILVA, S.T. A Agricultura Brasileira em Grandes Números 1975/1985. Cadernos de Geociências. IBGE, set., 1990.
- MULLER, Geraldo. O Complexo Agroindustrial: formas de atuação, intervenção e impactos. X Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 2, 1990. *Anais...*
- PARES, Ariel C.G. Estado e Modernização: A função do crédito agrícola e a política de preços mínimos. In: FIGUEIREDO, V. (coord.) ESTADO, SOCIEDADE E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA. Brasília, Universidade de Brasília/FINEP, 1989.
- SANTOS, R.F. Análise Crítica da Interpretação Neoclássica do Processo de Modernização Agrícola no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 18, n.º 3, jul./set., 1988.
- SOBRAL, Fernanda. Estado e Modernização: a pesquisa e a extensão na agricultura. In: FIGUEIREDO, V. (coord.) ESTADO, SOCIEDADE E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA. Brasília, Universidade de Brasília/FINEP, 1989.

## RESUMO

Nas últimas décadas, paralelamente à mudança no padrão técnico da produção agropecuária, uma intensa expansão da fronteira agrícola vem ocorrendo no País.

O presente trabalho se propõe a analisar a relação entre esses dois aspectos, enfocando-os como manifestações de um mesmo processo.

A partir de dados estatísticos e de estudos de caso anteriormente feitos, procura-se mostrar o comportamento espacial dessas duas vertentes do desenvolvimento agrário brasileiro e o papel da gestão do território no referido processo.

### RESUMÉ

Au cours des vingt dernières années on a eu au Brésil l'expansion de la frontière agricole au même temps que la modernisation de la production c'est développée.

On se propose d'analyser ce double phénomène, leurs rapports et leurs conséquences dans le domaine de l'organisation de l'espace, d'après les données statistiques et des études des cas.

Le pouvoir public joue un rôle très important dans ce processus. Il s'agit d'aménager le territoire pour la mise en valeur agricole.